



Ser e Estar na Rua: Entre a Exposição Pública e a Privação de Direitos

Lucas Silva Pamio 

Mestrando no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Bauru. Pesquisador do Grupo de Pesquisa ArqHab ligado a UNESP de Bauru. Atua como arquiteto, projetista, pesquisador e artista visual.

Email: lucas.s.pamio@unesp.br

Resumo

Este ensaio visual resulta de caminhadas e observações realizadas na região central de São Paulo ao longo dessa primeira parte de 2025, revelando as tensões socioespaciais que atravessam o centro paulistano marcado pela especulação e pela exaustão de moradores em situação de vulnerabilidade. A cidade que deveria acolher, conectar e proteger, produz exclusões e invisibilidades. A rua, transformada em palco de disputa e resistência, revela uma coreografia desigual sobre ser e estar.

Palavras-chave: Exclusão urbana; ruas; invisibilidade social.



To Be and to Exist on the Streets: Between Visibility and the Denial of Rights

Abstract

This visual essay emerges from walks and observations carried out in the central region of São Paulo during the first part of 2025, revealing the socio-spatial tensions that permeate the city center, marked by real estate speculation and the exhaustion of residents in situations of vulnerability. The city, which should welcome, connect, and protect, instead produces exclusions and invisibilities. The street, transformed into a stage of dispute and resistance, unveils an unequal choreography of being and existing.

Keywords: Urban exclusion; streets; social invisibility.

Introdução



Figura 1: Registro feito em maio de 2025 na Avenida São João (embaixo do Elevado Presidente João Goulart).

No centro de São Paulo, o caminhar atento entre becos, largos e praças revela mais do que a pressa costumeira da metrópole: é possível perceber uma coreografia urbana onde alguns corpos seguem fluindo, enquanto outros estancam, resistem ou somem da paisagem. A cidade, em sua aparência concreta e acelerada, parece esconder a delicada trama de exclusões que sustenta seu funcionamento. Os bairros centrais, por mais que sejam retratados como decadentes ou obsoletos por determinados discursos oficiais, continuam sendo palco de disputas ferozes por território. A especulação imobiliária ora silenciosa, ora explícita transforma esses espaços de convivência em ativos financeiros, remodelando-os à revelia dos sujeitos que ali constroem suas rotinas e pertencimentos. Crítico como a mesma cidade, em tese, criada para reunir e conectar as pessoas, conforme apresenta Agier (2019), é a mesma que produz a figura do excluído urbano que ela tenta invisibilizar.

Durante os meses de observação entre 2024 e 2025, especificamente na região central da capital paulista, os sinais dessa disputa foram se tornando mais nítidos. Ao mesmo tempo em que se promovem políticas de "revitalização" muitas vezes centradas na valorização de imóveis e expulsão de moradores vulneráveis cresce o número de pessoas vivendo em situação de rua. Ser e estar na rua, neste contexto, é tornar-se alvo da intolerância travestida de política pública. É quando a pobreza performada publicamente soa como crime e os sujeitos nela imersos carregam estigmas incompatíveis com qualquer ideia de cidadania. Dentre todos os receios e necessidades impostas pelo ser e estar na rua, soa criminal quando a figura da pobreza é nela performada publicamente, muito provavelmente não por desejo, talvez por resultado de escolhas, mas revelando sem dúvidas uma vulnerabilidade amarga, que para Agamben (2002) é incompatível com o valor de humanidade.

Como é possível que em plena era da informação, onde dados sobre desigualdade são amplamente conhecidos e acessíveis, ainda se insista em negar a dignidade àqueles que fazem da rua seu espaço de sobrevivência? O que revela sobre nós, enquanto sociedade, a aceitação quase naturalizada de que alguns devem ser removidos para que outros possam consumir, circular e habitar com “segurança”? Este ensaio se constrói como um triste exercício de constatação: temos os recursos, as políticas e os saberes necessários para garantir abrigo, cuidado e respeito, mas nos falta compromisso político e sensibilidade coletiva. As ruas frias do centro, onde muitos veem apenas degradação, são também lugares de vida, memória, laço e resistência – uma resistência que, embora poética em sua força, escancara o abismo entre os direitos escritos e os direitos vividos.



Figura 2: Registro feito em fevereiro de 2024 em frente à Estação do Metrô Marechal Deodoro.



Figura 3: Registro feito em março de 2025 na Rua Araújo próximo a “A Casa do Porco”.



Figura 4: Registro feito em maio de 2024 na Rua da Consolação.



Figura 5: Registro feito em fevereiro de 2025 no Viaduto Santa Ifigênia.



Figura 6: Registro feito em março de 2025 na Rua Helvétia.



Figura 7: Registro feito em abril de 2024 no Vale do Anhangabaú (Avenida São João).



Figura 8: Registro feito em março de 2024 a partir do Edifício Mirante do Vale.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGIER, Michel. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2019.